

*Francisco
Lopes*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA nº 52

Aos vinte dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Setembro, sob a presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais, António dos Santos Costa, Primeiro Secretário e Joaquim Luís Monteiro Mendes Gomes, Segundo Secretário e com a presença dos Vogais, Rogério da Silva Leitão, José Luís Rebocho de Albuquerque Christo, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Rocha Dias de Andrade, Elias de Oliveira Vieira, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Carlos Alberto da Silva Jerónimo, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Armando Manuel Dinis Vieira, António Norberto da Silva Correia, Amândio Ferreira Canha Júnior e Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21, 00 Horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Albertino Moreira de Oliveira, ✓ José Carlos da Silva Neves, ✓ Jorge Manuel do Nascimento, ✓ Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, ✓ Carlos Vicente Ferreira, ✓ António Ferreira da Silva, ✓ José Fernando da Silva Caldeira Bettencourt, ✓ João Nogueira Leite, ✓ António José Valente, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Fernando Augusto de Oliveira, ✓ Manuel Tavares Duarte, ✓ Manuel Branco Pontes e ✓ Libério da Silva Santos. ✓

Imediatamente a seguir, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Manuel Simões Madail, Fernando Augusto de Oliveira, António Rocha

Thier
pres. S. M.

Dias de Andrade, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal e Armando Manuel Dinis Vieira, que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas

Ainda no uso da palavra o Presidente, informou que seguir-se-á o período regulamentar de antes da ordem do dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usou da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, para focar vários aspectos: nomeadamente um relacionado com a sinalização luminosa da Av. Dr. Peixinho, que como referiu, a introdução desta tecnologia que tem dado bons resultados em artérias citadinas preparadas para o efeito, não solucionou até ao momento e no caso concreto desta Avenida, os problemas de trânsito de que a mesma enferma e isto porque, entende que enquanto não se acabar definitivamente com o estacionamento em segunda linha, não se vislumbra a possibilidade de melhorar a fluidez de tráfego na referida artéria.

Por outro lado entende também que deve haver uma conjugação de esforços P. S. P. / Câmara, tendentes a solucionar o problema - pois que o investimento na aquisição deste material não produziu ainda os resultados que à partida se antevia e que são naturalmente a obtenção de uma boa fluidez de trânsito para a Avenida.

Seguidamente referiu-se a uma zona muito importante da cidade - "Passagem dos Arcos". Dado tratar-se de uma zona nobre da cidade, por onde passam diariamente milhares de cidadãos não só Aveirenses, como também de outras paragens e estrangeiros, entende aquele Vogal, que a referida zona deve ser alvo de um tratamento mais cuidado sob o ponto de vista de limpeza, chamando atenção dos responsáveis para o problema.

Ainda no uso da palavra e relacionado com a semana "Zeca Afonso", fez o seguinte reparo ao Executivo Municipal - Ao contrário do que sucedeu com as Câmaras Municipais de Ílhavo e C. M. da Murtosa, que apoiaram e subsidiaram aquela iniciativa - a Câmara de Aveiro deu um apoio que considerou diminuto e não con-

cedeu qualquer subsídio monetário, para uma iniciativa realizada em Aveiro, que aquele Vogal, bem como muitos Aveirenses, consideram de grande dimensão, referiu; e não obstante a sua realização na cidade de Aveiro, mereceu o apoio das Câmaras Municipais de Ílhavo e Murtosa. Lamentando por isso, o facto de a Câmara de Aveiro ter tido este tipo de comportamento para com a Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro, organismo promotor da iniciativa.

A finalizar a sua intervenção e referindo-se ao problema dos acessos ao Porto de Aveiro, assunto que reputa de primordial importância pelo impacto que terão para a Região os traçados dos acessos Rodoviários e Ferroviários, questão que lhe parece algo adormecida, não só nos órgãos Autárquicos, bem como na consciência dos Aveirenses. Disse também pensar ser hoje oportuno o seu tratamento, dado que estão presentes nesta Assembleia dois membros que fazem parte da "Comissão Dinamizadora", para os acessos ao Porto de Aveiro - são eles o Dr. Carlos Candal e o Dr. José Luís Christóvão; por tal facto manifestou o desejo de que o problema seja tratado hoje nesta reunião com a profundidade que merece.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal Carlos Candal, que iniciou a sua intervenção, começando por considerar positivos os resultados obtidos com a instalação dos sinais luminosos na Av. Peixinho - referiu que faz esse trajecto várias vezes ao dia, e disse notar uma melhoria significativa ou mesmo decisiva na fluidez do trânsito. Há no entanto uns acertos a fazer nomeadamente no que respeita aos peões e ainda com a abertura do trânsito transversal à Avenida, mais concretamente no cruzamento da Rua EngºOudinot, dado que se fica demasiado tempo à espera com o sinal vermelho, sem no entanto haver circulação de trânsito, portanto é mais um aspecto a prever.

No que se refere ao ajardinamento dos canteiros da Avenida e sob o ponto de vista estético dos mesmos entende que deve haver uma uniformização das espécies aí plantadas. Chamou atenção também para a importância em ultimar as obras na referida Avenida, e na necessidade em se corrigir anomalias aí verificadas, concretamente referiu-se às baias de estacionamento que em determinado ponto da Avenida, são em paralelepípedos e noutras locais da mesma aplicou-se asfalto; bem como as caldeiras envolventes das árvores aí plantadas - numas adoptou-se a forma geométrica de circunferência e noutras o quadrado, aplicando-se materiais no seu acabamento de tipos diferentes, tornando-se pois urgente corrigir estas distorções.

Thina
4.
M. Soares

Ainda no âmbito do ordenamento estético da Av. referiu o facto de na área circundante do "Monumento aos Mortos da G. Guerra", a área afecta ao estacionamento de veículos automóveis não acautelou mínimamente o desafoço que se impunha face ao referido monumento - "o chamado desafoço da decência", de respeito pelo monumento, que considera aquele Vogal, é um dos mais significativos que Aveiro tem e que importa se respeite e se delimite uma área envolvente. Seguidamente sugeriu ao Executivo, diligencie no sentido de encontrar um local adequado onde se assinalem os Jovens do concelho de Aveiro, que morreram nas Guerras Coloniais. E isto porque referiu: - "não é o problema das Guerras serem justas ou injustas - é o problema do dever cívico, da prestação do serviço militar armado, quando tal se torna exigível, ainda que e isto é complicado para problemas políticos..., ainda que em guerras manifestamente injustas e ilegítimas e sem desprimor para o respeito que devem merecer aqueles que são sinceramente - não os vigaristas, os cobardes - mas aqueles que são sinceramente objectores de consciência".

Mudando de tema e prosseguindo na sua intervenção, foi incisivo nas críticas que teceu à construção da Passagem Superior da Av. 25 de Abril, e isto porque a sinuosidade do traçado; aparentemente sem necessidade, não se coaduna com as mais elementares normas de segurança rodoviária; sugerindo que se faça enquanto é possível (dada a disponibilidade de terrenos existentes) uma correcção tendente a minorar os muitos inconvenientes de que o traçado hoje enferma.

Abordando seguidamente a problemática dos acessos ao Porto de Aveiro fez a sugestão para que a Assembleia Municipal, a curto prazo marque formalmente como ponto único da ordem de trabalhos, uma discussão sobre esta temática, dado tratar-se de um assunto que se reveste de grande relevância para o interesse do concelho.

Seguidamente informou que tinha uma Moção para apresentar, relacionada com o problema dos acessos, no entanto disse que não o faria nesta reunião, mas sim numa reunião específica para tratar o assunto; porém e a título meramente informativo acabou por fazer a leitura da mesma aos membros da Assembleia e cujo teor se transcreve:

Almeida
Mey 5. *Santos*

Reunida aos 20 de Setembro de 1988, a Assembleia Municipal de Aveiro, fazendo-se eco da opinião de muitos Aveirenses, preocupados com os manifestos inconvenientes patenteados pelos traçados dos troços finais dos acessos rodoviário (Projecto J.A.E.) e ferroviário (Projecto C.P.) ao Porto de Aveiro, aprovados pelo Ministério das Obras Públicas, delibera solicitar ao Governo a reabertura e reapreciação dos processos concernentes, com expressa ponderação da chamada "Alternativa Norte" para tais acessos, pretensão que atende ao facto de não se encontrar ainda criada a propósito qualquer situação irreversível - e visa acautelar os altos interesses da cidade e do concelho de Aveiro.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Aveiro delibera solicitar ao Senhor Presidente que - fazendo-se acompanhar por quem entender - faça entregar pessoalmente a Moção acabada de aprovar directamente ao Ministro das Obras Públicas, promovendo as diligências prévias que se tornem necessárias à concessão da pressuposta audiência.

Seguidamente referiu que uma Moção destas como é óbvio terá que ser discutida.

Prosseguindo na análise da situação disse o seguinte:- "não pretendo de modo nenhum ficar na história desta polémica, mas importa de vez em quando lembrar quem esteve envolvido neste problema primitivamente - quem primeiro levantou este problema foi o Vogal José Luís Christo; isto tem que ser dito reedito e lembrado; bem... é uma pessoa muito rica de imaginação, mas depois no desenvolvimento pragmático e prático das coisas, fica-se um bocadinho nas boxes... e então não deu realmente um grande andamento - quem deu um andamento significativo a este tema e o não deixou cair e o alimentou e lhe deu chama, foi realmente um vizinho nosso, de Ílhavo - o Dr. Humberto Rocha; depois entraram outros elementos eu próprio, o Dr. Rocha Andrade, que fizemos o apoio possível. O problema foi posto, fez-se confiança nos órgãos adequados, no Ministério das Obras Públicas, acreditei que pudessem estudar as soluções possíveis e viáveis, defendi esta com algumas reservas, não sabia quais eram

Thiny
Mus 6. Soares

as outras vantagens e contras. Só que a dado momento apercebi-me de que o Governo, tinha optado pela tese rodoviária da Junta Autónoma de Estradas e pela tese ferroviária da C.P.; e fiquei preocupado e em pânico como muitos Aveirenses e começaram a surgir as hipóteses alternativas, a tese do acesso Sul pareceu logo pouco viável porque brigava com interesses das populações de Ílhavo e apareceu também uma tese lírica da ADERAV, que sugeria acessos subterrâneos. O certo é que criou-se alguma efemereseência. O problema já não é de agora, já em 1981, o problema é posto com fundamentação mínima pelo Dr. José Luís Christo, depois há um lapso de tempo e há mais de dois anos houve aqui nesta sala uma reunião específica para debater o problema dos acessos ao Porto de Aveiro. Nessa altura foi aqui dito (não gosto de falhar quando refiro pessoas), mas suponho que foi dito pelo Dr. Girão, mas admito que me possa ter enganado, que tenha sido dito por outrém...! "que não valia a pena, que eram discussões teóricas e desfazadas da realidade porque o projecto tinha sido adjudicado". Bom, face a isto e uma vez que a obra estava adjudicada, não havia nada a fazer estava consumada a questão, meti os papéis de baixo do braço e abandonei a reunião.

O que acontece é que não tinha sido nada adjudicado! e realmente só tinha havido adjudicação de obra até ao nó de Esgueira e o resto está planeado e aprovado mas - está numa situação totalmente reversível! e é melhor esperar um ano, dois ou três, do que apressadamente fazer obra de péssima categoria. E já agora para me auto-estimular e para espicaçar se me permitem a expressão, os meus ilustres conterrâneos, devo dizer o seguinte: - agora já me posso pronunciar com conhecimento de causa - os projectos quer para o traçado Rodoviário, quer para o traçado Ferroviário, são realmente do pior que é pensável para os interesses do concelho! do nosso! já nem falo no de Ílhavo-Gafanha da Nazaré que isso é horroroso - são os mais baratuchos! dão-nos o refugo, mais uma vez Aveiro está a ser tratada subalternamente e enviam-nos as sobras, o remanescente, dentro da ideia de que para nós Aveirenses, para quem é bacalhau basta!

Bom e como a situação não está consumada estou nessa de lutar pelo problema. Tem-se perguntado pelos deputados, eu sou também deputado, nunca estive esquecido, bem... agora há uns deputados que se lembraram do problema e enchem colunas de jornais e dão entrevistas e não sei mais o quê - parece que descabri-

Thiny
7.
M. Soares

ram a pólvora! bem, não sei se sabem de quem é que eu estou a falar - se quiserem eu digo as iniciais - é o Dr. Gilberto Madail. Bom é uma atitude manifestamente oportunista, mas vivam os oportunistas quando a causa é justa, venham todos, importa é politicamente colocarmo-nos, eu não tenho peso político..., digo uns palpites, desabafo, desopilo - ir com o problema para a frente com viabilidade depende de dois pressupostos: - ter o apoio ou da maioria do C.D.S., que tem o controle político do Município ou ter a maioria do P.S.D., que tem o controle político do País. Nós aqui nesta bancada podemos dar uns palpites e ainda ficamos mal vistos - dizem, lá estão os tipos da oposição a chatear e quando lá estava o Mário Soares, não disseram nada..., é preciso ser realista e é por isso que eu invectivo os colegas do P.S.D., e perguntar-lhes, se sendo o seu partido o partido do Governo por vontade do povo, se estão ou não dispostos a entrar nesta cruzada? e desculpem-me a franqueza, a subir mais alto que os berbicachos pontuais de cunho restrito e local e das bicadas do Dr. Girão e a empenharem-se numa causa de grande sentido e de grande vulto Municipal? - esta é a pergunta - estão dispostos a isso? e depois pergunto - e a maioria do C.D.S., como é que é? sabendo que ainda estamos a tempo de lutar por isso, como é que é? e o Snr. Dr. Girão, como é que é? - qual é finalmente a sua posição nesta matéria?, continua com medo de que se pedirmos muito não venha nada, continua com medo que se exigirmos não para já o medíocre, mas para depois de amanhã o razoável, não tenhamos nunca sequer o bom!, tem medo disso?, ou não tem força política, para chegar a Lisboa e bater o pé por esta tese, esgotando a sua tibieza política actual que é a do seu desfalcado e decadente partido; - desculpem-me a frontalidade mas toda a gente sabe que é assim, esgotando a pouca força política que tem, a reclamar uns biscates orçamentais para fazer umas flores concelhias, que lhe permitam manter com galhardia a sua candidatura, nas próximas eleições, isto é e dizendo de outra maneira - vendendo, desculpem-me a terminologia dura, vendendo os altos interesses da cidade e do concelho de Aveiro, projectados a prazo, pelo prato de lentilhas do tacanho e mesquinho subsídio imediato, para fazer pouca e má habitação social de exibicionismo. Não se faz política com panos quentes e esta é uma intervenção que eu aceito que seja porventura excessivamente dura. Eu respeito as opções e tenho dito aqui do meu reconhecimento e apreço por alguma obra que o Dr. Girão, tem feito e pela sua

Fluvis
8.
Sousa

maneira correcta, democrática e cordial de abordar os assuntos, tudo isso me farão de justiça dizer que sempre o tenho feito quando o acho pertinente, sem abrir mão do meu estatuto de oposição. Mas o Snr. Dr. Girão, tem sido legitimamente e democraticamente Presidente da Câmara de Aveiro - não vai é ser eternamente! e se não fez a famosa Avenida, que ia da "Pensão Barros" apontada ao Canal de S. Roque, se já não vai fazer a grande Avenida Central, com passagens desniveladas e mais não sei quê; eu pergunto-lhe qual é a obra, a grande obra que o Dr. Girão, vai deixar em Aveiro; um dia que deixe a Câmara e não sou dos que tenho pressa em vê-lo pelas costas - prefiro este do que outro que não seja tão bom!, qual é a grande obra que vai deixar? - vai deixar uma obra negativa por omissão, por falta de firmeza, por falta de coragem política, que é o talude de sete metros de altura - é ao nível de dois andares! sete metros de altura ao longo do Canal de S. Roque e que irá depois esbater-se até à Ponte da Gafanha, e não se diga que este talude vai ser aberto, rasgado, que são colunas, porque não é verdade, porque se nós não valemos para ter obra decente, também não valemos para o preço que esse acesso vazado custará! vão fazer colunas cinco metros para um lado do Canal das Pirâmides e cinco metros para o outro, porque não há dinheiro para fazer um vazado em colunas de cem metros para um lado e cem metros para o outro! não há, porque isso é muito mais caro que o famoso obstáculo, que é suposto constituir a Ponte do Canal da Gafanha, com um tramo amovível para dar passagem aos barcos. E se esta obra por debilidade dos homens, nomeadamente minha, for feita como a C.P. quer, for feita como a J.A.E. quer, e formos entupidos com uma muralha de sete metros aqui nas nossas barbas, nunca mais cheiramos a Ria.

Penso que o Dr. Girão Pereira, não é emocional é uma pessoa serena e calma, fria, e não vai nestas minhas provocações; mas é disso que se trata é preciso que acordemos e metamos mãos à obra! tenho dito".

Usou novamente da palavra o Vogal Carlos Jerónimo e ainda no âmbito da problemática dos acessos ao Porto de Aveiro, referiu estar de acordo com alguns aspectos da intervenção do Vogal Carlos Candal, com outros nem tanto, mas fundamentalmente disse lamentar o facto de passados alguns meses de se ter discutido o problema aqui na Assembleia Municipal, de se ter alvitrado que uma Delegação desta Assembleia Municipal, deveria deslocar-se a

Lisboa, para aí junto da Administração Central tratar o problema firmemente. Foi sugerido também em tempo, por aquele Vogal, que essa mesma Delegação se informasse e se documentasse, tendo em vista um conhecimento profundo da questão para assim melhor poder debater o problema junto dos órgãos governamentais. Disse lamentar que ~~no~~ passado todo este lapso de tempo, ainda se esteja numa fase primária de protesto por uma solução que é considerada pela maioria dos cidadãos Aveirenses de desastrosa.

Prosseguindo, disse não considerar o problema tão linear quanto se possa pressupor da intervenção do Dr. Carlos Candal, dado que entende que se deve avançar com acções concretas e objectivas e o mais rápidamente possível ou então corre-se o risco dese continuar a protelar o problema, a dissertar sobre o mesmo, sem que se vislumbre métodos de actuação concretos. Finalmente disse apoiar o apelo feito pelo Dr. Carlos Candal, no sentido desta Assembleia fundamentalmente e em relação à bancada do P. S. D. e do C.D.S., se manifestar claramente, sobre se é ou não de avançar com medidas concretas de intervenção junto do Poder Central, para deter e encontrar uma solução para aquilo que nos querem impor. Pela afirmativa é de avançar imediatamente no sentido de apresentar a solução Norte, que apesar de tudo é a que apresenta reflexos menos negativos, sendo portanto a mais equilibrada. A finalizar fez uma sugestão no sentido de que a Assembleia decida dilatar o período de antes da ordem do dia, tendo em vista o debate e a busca de acções concretas, tendentes a contrariar a solução que a Administração Central, pretende impor.

Entretanto saiu da sala o Vogal Artur José Lopes Lobo.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Mesa que manifestou o desejo de fazer um esclarecimento à Assembleia, nos seguintes termos: - "questiona-se a Assembleia sobre a posição dos Acessos ao Porto de Aveiro e para as outras bancadas de definirem. Ora as bancadas já se definiram; porque antes da convocatória para uma Assembleia que seria uma Assembleia pública ou uma reunião pública. O problema foi aqui posto e houve o consenso, assim como houve consenso na formação da "Comissão ad hoc", que depois se chamou "Comissão específica", para tratar destes assuntos. Isto já foi há bastantes meses e passou-se por conseguinte um período muito longo em que a Comissão e eu já o disse também numa sessão pública,

Luís
Christo
10.

não apresentou qualquer solução; não sei se realmente se reuniram se não reuniram, se trabalharam ou não trabalharam - ficámos todos à espera depois daquela reunião na Câmara Municipal com o consenso desta Assembleia, sobre quem tinha caído a responsabilidade de que o processo avançasse".

Prestado que foi este esclarecimento usou da palavra o Vogal José Luís Christo e no âmbito dos acessos ao Porto de Aveiro, referiu o seguinte: - sempre que nesta Assembleia teve oportunidade de se referir ao problema dos acessos, fê-lo sempre sózinho, por falta de compreensão dos colegas desta Assembleia, o que, disse lastimar, dado que há muito se tinha apercebido que a solução que a Administração Central, pretende impor não é a melhor para o concelho de Aveiro. Pese embora circunstâncias adversas não tem deixado de lutar sublinhou. Seguidamente e referindo-se a uma reunião onde por sugestão do Vogal Carlos Candal foi criada uma Comissão específica para tratar os acessos ao Porto de Aveiro, considerou essa reunião informal - foi uma reunião que foi provocada por um debate interno desta Assembleia, mas foi uma reunião que não teve carácter oficial e aliás foi dito nessa reunião que se tratava de uma reunião informal e que visava fundamentalmente mostrar aos Vogais da Assembleia, que quizessem, toda a documentação e desenhos relacionados com o problema. Nesta mesma reunião também foi sugerido que se desenvolvessem estudos, para depois numa segunda reunião, essa sim, e em face dos estudos elaborados tomarem-se então decisões e se encontrasse uma plataforma de actuação por forma a levar a Administração Central a que efectivamente viesse a tomar consciência da gravidade do problema e a estudar a alternativa que melhor se adapte aos interesses gerais de ambos os concelhos. A Comissão em causa não esteve parada, referiu, e as pessoas mas activas ligadas a essa Comissão, alguma coisa fizeram e pode-se concluir que pelo menos sem o auxílio de Técnicos e Desenhadores das Câmaras de Aveiro/Ílhavo, não teria sido elaborada uma planta onde se desenhou o traçado alternativo. A propósito da referência feita ao deputado Gilberto Madail, referiu também que se, o mesmo oportunisticamente ou oportunamente veio à estampa a manifestar-se contra, foi na sequência de um trabalho de sapa, que muitos da Comissão sempre fizeram no decurso das férias. Por outro lado os debates que na Imprensa escrita e nos órgãos de comunicação Social-Rádio, tem tido lugar nos últimos tempos, tem sido provocados por actuações directas dos elementos da referida Comissão. Portanto daí se conclui que a Comissão

Faria
11.
Carlos Jerónimo

não tem estado parada; o que nunca houve foi oportunidade - ou porque o período de férias o dificultou ou porque já terminado o período de férias não houve oportunidade de se reunirem, pelo menos os mais activos. Ora um dos pontos que esta Comissão tinha em vista era provocar efectivamente uma decisão dos Órgãos Autárquicos, com competência para se manifestarem, muito embora não seja da competência da Autarquia Local - Câmara de Aveiro ou da Autarquia Local - Câmara de Ílhavo ou J.A.E., tomar a decisão final sobre a matéria. O que esta Comissão imaginava e terá sido o sentido da proposta do Vogal Carlos Jerónimo, era que estudando o problema com melhores elementos se viesse a provocar que estes órgãos com competência na Administração Local, tomassem deliberações no sentido de fazer com que o Governo, viesse a reconsiderar. Prossequindo, considerou que os debates que últimamente tem sido feitos, tem levado ao conhecimento do grande público, os traçados que a Administração Central, nos quer impôr, dado que os cidadãos de Aveiro e Ílhavo não os conheciam!... houve falar nos acessos e julga que a obra que é boa, mas quando tem um conhecimento concreto do traçado, manifesta-se desfavoravelmente a esse mesmo traçado. A finalizar, referiu que se o autor da proposta de Moção, assim o entender, se for possível que hoje mesmo aqui nesta reunião, esta Assembleia tome uma deliberação, no sentido de manifestar à Câmara, o sentimento generalizado de desagrado pela obra que nos querem impôr dos acessos ao Porto de Aveiro, quer na parte que diz respeito ao concelho de Aveiro, quer na parte que diz respeito ao concelho de Ílhavo; se o quizer fazer, a exemplo do que já foi feito em Ílhavo, o que já foi feito na Assembleia de Freguesia da Gafanha da Nazaré - se o quizer fazer, referiu estar de acordo. Caso contrário sugere uma data muito próxima para uma reunião e tendo como único ponto da ordem de trabalhos - o debate sobre os acessos ao Porto de Aveiro.

Seguiu-se no uso da palavra o Presidente da Câmara e relativamente à intervenção do Vogal Carlos Candal e às suas preocupações quanto ao futuro político do actual Presidente da Câmara, começou por referir o seguinte: - Quando foi eleito para a Câmara de Aveiro, encarou essa eleição como uma missão de serviço, sem grandes preocupações de futuro político - "é evidente que se tivesse ambições políticas, eventualmente hoje não seria Presidente de Câmara - ou teria feito uma série de jogos, de actuações, de compromissos e de submissões que me levariam a outras actuações

Thiny
Maria Antunes
17.

políticas. Felizmente nunca o fiz! tenho muito orgulho em ser Presidente da Câmara de Aveiro. Sou um homem sereno como o Snr. Dr. Candal, refere e pretendo responder-lhe serenamente, porque acho que os problemas, os grandes problemas e os graves problemas devem ser vistos com muita e grande serenidade; devem ser visto não no quadrante político e o Dr. Candal, permita-me que lhe diga, penso que introduziu aí, digamos uma previsão de campanhas políticas, candidaturas ou não candidaturas; eu devo dizer à Assembleia Municipal, que neste momento não sei se sou candidato não me preocupa absolutamente nada este aspecto. Penso que a vida política, a vida administrativa do concelho não pode estar sujeita neste momento a um ano e bastantes meses de eleições autárquicas; não pode estar sujeita a este tipo de quezílias, a este tipo de problemas, a este tipo de preocupações..!- eu não estou. Como disse não estou preocupado com o meu futuro político. Há uma coisa que no meu futuro é certa Snr. Dr. Candal... e segura! - é que eu depois de ser Presidente da Câmara de Aveiro, serei um homem muito tranquilo, serei um homem muito realizado e tenho a certeza absoluta que fiz por Aveiro o melhor que pude e fiz por Aveiro, aquilo que muita gente que tem o legítimo orgulho de se considerar Aveirense não o fez! não teve a coragem de o fazer..! esse será o meu futuro político, esse será o meu futuro de homem, que me interessa muito mais que o meu futuro político. Serei um homem que tem o direito de dizer que fez por Aveiro o melhor que pôde. Não fiz Avenia das intencionalmente Snr. Dr. Candal, não estou na Câmara para fazer grandes obras, estou na Câmara para servir a comunidade, estou na Câmara para fazer o melhor possível por esta comunidade-se calhar para fazer o abastecimento de água ao concelho e para lançar as bases do saneamento, o ter feito as estradas, ter suprimido o espartilho do Caminho de Ferro, para ter acudido a alguns pobres, para ter feito Habitação Social e surpreende-me muito Snr. Dr. Candal, penso que não reflectiu bem na afirmação que fez "habitação Social, pouca e pobre"..., se é pobre não depende da Câmara como sabe; depende dos regulamentos e das leis que determinam as regras de habitação Social; pouca, devo dizer que Aveiro tem neste momento o maior empreendimento de habitação Social do País - mais que Lisboa neste momento, mais que Oeiras que é o segundo empreendimento do País. Portanto a acusação que se faz à Câmara, de pouca habitação Social, tenho que lhe dizer que é exactamente o contrário.

No que se refere à afirmação feita do Vogal Carlos Candal, sobre a venda dos interesses do concelho, o Presidente Girão Pereira, disse não poder aceitar teal tipo de afirmação, e garantiu que se porventura isso acontece, não é de modo nenhum com a complacência do Presidente da Câmara.

No âmbito dos trabalhos a desenvolver motivados pelos acessos ao Porto de Aveiro, referiu que a barreira que se irá desenvolver ao longo de todo o Canal de S. Roque e apontada como tendo sete metros de altura e considerada uma obra negativa pelo Vogal Carlos Candal, não corresponde efectivamente à verdade, pois o volume de terras que aí se irá colocar não tem essa dimensão.

No entanto aproveitou para lembrar que em 1963, previu-se de facto uma barreira ao longo do Canal, com essa dimensão e que ao tempo esse tipo de obra foi defendido, precisamente para que o vulgar cidadão pudesse desfrutar das belezas da Ria, não deixa de ser curioso..., é evidente que os tempos, as concepções são diferentes e há sem dúvida aspectos técnicos que estão para além da Câmara.

O que a Câmara não pode é ter aprovado um projecto de acesso que foi aprovado nesta Assembleia e o Dr. Candal estava presente; neste momento o Vogal Carlos Candal, interrompeu para perguntar qual projecto de acesso? - retomando a palavra o Presidente da Câmara, disse referir-se concretamente a todo o esquema de acessos ao Porto de Aveiro; nomeadamente no Plano Director previa-se o acesso ao porto, exactamente ao lado do Canal de S. Roque.

Retorquindo o Vogal Carlos Candal, disse não ser o Canal de S. Roque o fulcro da questão e não se bater por esse pormenor. Só que o Canal de S. Roque é determinante da trajectória subsequente, ou seja a trajectória para lá do Canal das Pirâmides e essa sim é bastante preocupante.

Neste momento interrompeu o Vogal Carlos Jerónimo, para lembrar o seguinte: - "talvez os membros de então, na Assembleia Municipal, não tivessem lido com o cuidado devido o parecer do Conselho Municipal, pois já se chamava atenção para o grave que era a inserção desse acesso desnivelado, que vinha no P.G.U., quando o Conselho Municipal deu parecer sobre o P.G.U., chamou atenção para isso".

Retomando a palavra o Presidente da Câmara, referiu que em tempo numa das reuniões da Assembleia Municipal, foi

feita pelo Dr. Flávio Sardo, que foi distinto membro desta Assembleia, uma proposta no sentido de que a 109-7, fosse melhorada, pois seria inconcebível não o fazer, dado entender-se que este traçado para lá do nó das Pirâmides deve ser objecto de uma remodelação, nomeadamente no aspecto de protecção ao peão e à eventual separação dos fluxos de trânsito das praias e do acesso ao Porto de Aveiro (aspectos que foram sempre preocupação da Câmara). E há uma proposta da bancada da A.P.U., ao tempo, sugerida pelo Dr. Flávio Sardo, dando aval ao traçado até ao nó das Pirâmides, precisamente pelo traçado que está hoje a ser executado e impondo sim, uma revisão do problema da 109-7. Quer isto dizer claramente que o traçado era conhecido da Assembleia, foi aqui aprovado e a grande preocupação era o que aconteceria para lá do nó das Pirâmides.

Acusam agora a Câmara e o Presidente da Câmara pelo que está acontecer, a verdade é que "sou o Presidente de uma instituição, e não posso admitir que a instituição Câmara de Aveiro, seja trocactintas, que a instituição Câmara de Aveiro está acima de mim, eu sou transitório, a minha situação é precária, passo durante uns anos, como nós membros da Assembleia, mas a Câmara - Instituição, essa vai permanecer - eu não posso é pôr a Câmara de Aveiro a dar o dito por não dito, sem ter elementos fortes e fundamentados; e permita-me Snr. Dr. Candal que lhe diga e aos membros da Comissão - então é criada uma Comissão em Março, uma Comissão que ia estudar o problema dos acessos a Aveiro, o Snr. Dr. Candal é membro dessa Comissão e hoje vem com esse vigor apontar o dedo ao Presidente da Câmara, quando não fizeram nada! quando tiveram uma reunião, debateram o problema, lembro-me de uma conversa consigo, que o Snr. às vezes é um homem profundamente sereno e analisa bem as coisas e diz - "bom isto é um problema complicado", de facto é um problema complicado. O Snr. lembra-se concerteza dessa conversa..., não é um problema fácil e nós, da Câmara, temos dito, sistematicamente que consideramos que é uma solução má, é uma solução péssima, que é uma solução que nos angustia a todos - mas a verdade é esta; a Câmara não tem elementos para vir dizer que a outra solução é melhor! a outra solução alternativa é claramente melhor com que elementos? e entramos aí numa guerra de ocasião politicamente correcta, e eu que fui acusado uma vez de atacar o Governo, agora sou acusado nos órgãos de Comunicação Social, de defender o Governo. Não estou atacar nem a defender o Governo; pretendo ser coerente, nós na Câmara poderemos

Amig
15
Amig
Amig

errar, mas não sou eu! sou eu que erro eventualmente, sou o maior responsável, mas somos todos nós que efectivamente erramos. Bom eram estas considerações de uma forma muito serena que eu lhe queria dizer. Penso que é um problema sério, um problema difícil, que é um problema complicado, eu esperava quando esta Comissão foi constituída e disse para mim próprio - nós na Câmara dissemos - aqui está uma Comissão que vai fazer coisas! aqui está uma Comissão que vai eventualmente fazer a grande discussão! aqui está uma Comissão que vai aos membros do governo, até porque tem um deputado! e eu gostaria que o Snr. na Assembleia da República pusesse o mesmo vigor de intervenção que pôs hoje na Assembleia Municipal. É muito fácil virar-se para o Presidente da Câmara, até por uma questão política apontar o dedo, pôr esse vigor, até porque eventualmente há eleições para o ano, mas esperava que o Snr. Dr. Candal, pese embora o facto de saber que uma intervenção na Assembleia da República pouco resolva ou resolva muito pouco, mas o Snr. Dr. Candal, tem os telefones directos aos Ministérios, o Snr. Dr. Candal, tem capacidade de intervenção como têm os deputados e tem outra voz...! porque eu não me deixo iludir pela intervenção que vem nos jornais; feita para vir nos jornais. O Snr. Dr. levantou aí um problema que é um problema político nacional - determinado deputado faz uma intervenção oportunísticamente para dar nas vistas; e diz-se, aqui está um grande deputado...! e o grande deputado não se distingue por isso, o grande deputado é aquele que trabalha nas Comissões, é aquele que junto do Poder Central, representa a voz dos problemas e aponta a solução desses problemas. Portanto eu não estou a pedir uma intervenção na A. da República, que diz muito pouco, eu sei disso, mas gostaria também que o Snr. Dr. Candal, em vez de apontar o dedo para mim pessoalmente, porque politicamente eventualmente lhe interessa, não diga que vendo os interesses do concelho de Aveiro, mas o Snr. que é representante dos interesses de Aveiro na Assembleia da República e junto do Governo de certa forma, eu gostaria que o Snr. Dr. Candal, com a Câmara de Aveiro e com esta Comissão da qual faz parte, defendesse de facto esta tese, quero aqui informar até porque é citado indirectamente o nome de um homem que tem lutado muito por isto, que não é membro desta Assembleia, que é da Gafanha, trata-se do Dr. Humberto Rocha; julgo saber que foi feita uma reunião com membros do Governo e a Câmara de Ílhavo, e na qual foi dada anuência a este traçado. Vamo-nos deixar de

démagogias, vamo-nos deixar de mentiras, porque na reunião que foi feita no Governo Civil, ficou claramente definido que o traçado era aquele e eu não tenho feitiço para dar o dito por não dito, não tenho feitiço para andar a fazer demagogia e não tenho feitiço para andar aproveitar oportunisticamente as situações para fazer declarações para os jornais - já não tenho idade, nem temperamento, nem formação para isso, nem interesse político nisso".

Abordando a temática referente à Passagem Superior da Av. 25 de Abril, disse tratar-se de uma obra que muita gente discordou, no entanto manifestou o desejo de referir uma passagem que é por si só significativa: - disse pensar não cometer nenhuma indelicadeza com o Dr. Flávio Sardo, ex-responsável pelos destinos do Município de Aveiro e que foi um acérrimo opositor à construção dessa obra, no entanto um dia destes, na minha presença e na presença de algumas pessoas dizia o seguinte: - "é um facto que eu lutei sempre contra a Passagem Superior, mas também é um facto, que eu nunca encontrei uma alternativa para aquilo... e é um facto que aquela obra tinha que ser feita e é útil; e se me perguntar qual é a alternativa, para aquela obra eu não sei qual era!..". Esta é que é a questão! recordou também que quando este problema foi levantado aqui nesta Assembleia, teve o cuidado de dizer à mesma Assembleia que fosse ao local e que se apontasse uma alternativa! Escusado será dizer que o problema acabou aqui, porque o que é fácil é dizer - está mal - o que é difícil é dizer como é que se faz! E os membros da Assembleia Municipal não podem só criticar por criticar têm e devem de apontar soluções alternativas.

A finalizar disse conhecer bem a maneira do Dr. Candal estar nas coisas; disse saber também que a provocação feita por aquele Vogal, é uma provocação com bom sentido e é natural de um ardor de quem vive as coisas como o Dr. Candal vive. Considerou ser uma provocação salutar, não lhe levar a mal, pois pensa que o facto de pôr os problemas com aquela vivacidade que lhe é peculiar, numa democracia, tem de facto interesse, é uma intervenção profundamente democrática e nesse aspecto assegurou também que a sua intervenção também é uma intervenção serena, mas também dentro do jogo da ética e das regras da democracia que disse esperar que haja em Portugal.

Novamente no uso da palavra o Vogal Carlos Candal começou por referir que a vida social e política não é está-

tica, e exemplificando citou o facto de em 1976, o governo ter elaborado uma Constituição aprovada por quase todo o leque partidário - passado menos de um ano estava a ser contestada, mesmo por aqueles que a tinham aprovado e diziam que era a melhor Constituição do Mundo, a sua própria Constituição; em 1982, foi revista e já estamos neste momento noutra revisão: - "isto não é ser troca tintas..! Isto é ter o sentido actualista da vida, da vida comum..!"

Quando o Vogal Carlos Candal, faz o historial mais recente dos acessos ao Porto de Aveiro, achou a solução proposta pelo Vogal José Luís Christo, como pensável, no entanto frisou que não aderiu de alma e coração à mesma. Ficou antes na expectativa do bom senso dos técnicos e na ingenuidade de pensar que não seríamos subalternizados no todo Nacional. Quando o problema foi levantado numa reunião havida na Câmara, foi para a mesma, aberto a todas as soluções, nomeadamente para as tais más que disse não conhecer rigorosamente; adiantando de seguida que há muitos dos presentes nesta Assembleia, que não sabem quais são! "há muitos dos presentes que não sabem por onde é que está previsto passar o Caminho de Ferro e por onde é que está previsto passar a Rodovia! - é disto que se trata - eu também não sabia", reconheceu.

Posteriormente numa outra reunião, já com um primeiro esboço é que a Comissão começou a trabalhar. Considera no entanto que é estar a trabalhar em vão e isto porque sem que se tenha à partida o apoio de uma das seguintes forças partidárias - ou do P.S.D. Distrital ou Concelhio de Aveiro ou do C.D.S. Concelhio de Aveiro, não se vai a lado nenhum. Na sequência da sua intervenção apelou para esse apoio.

Usando novamente da palavra o Presidente Girão Pereira, manifestou todo o seu apoio pessoal e institucional, nomeadamente no sentido de se promoverem acções junto dos Ministérios competentes, que possibilitem contactos com responsáveis na matéria que se tem vindo a debater.

Seguiu-se no uso da palavra o Vogal José Luís Christo, que alertou para a consciência dos presentes, do grave que é serem postos em prática os traçados oficiais; não apenas sob o ponto de vista ambientalista, paisagístico, urbanístico, relacionados com o homem, mas também ambientalista relacionados com a Ria.

Adiantou ainda que a solução proposta pela Comissão, não só não tráz para Aveiro e Gafanhas problemas de qualquer espécie, (ao contrário dos traçados oficiais) mas apresenta isso sim vantagens.

A concluir a sua intervenção apelou para o facto de se aproveitar a circunstância dos acessos ao Porto de Aveiro, para se partir através dos mesmos para a criação de uma espinha dorsal, através da qual se possa salvar a Ria, o salgado e a piscicultura Aveirenses.

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu a palavra ao Vogal Santos Costa, para ler uma proposta de Moção e uma proposta de Deliberação, apresentada logo no início da reunião pelo Vogal Carlos Candal e cujo teor se transcreve:

PROPOSTA DE MOÇÃO

Reunidos aos vinte de Setembro de 1988, a Assembleia Municipal de Aveiro, fazendo-se eco da opinião de muitos Aveirenses, preocupados com os manifestos inconvenientes patenteados pelos traçados dos troços finais dos Acessos Rodoviário, projecto J.A.E. e Ferroviário, projecto da C.P., ao Porto de Aveiro, aprovados pelo Ministério das Obras Públicas, delibera solicitar ao Governo, a reabertura e reapreciação, dos processos concernentes com expressa ponderação da chamada alternativa Norte. Pretensão que atende ao facto de não se encontrar ainda criada a propósito qualquer situação irreversível e visa acautelar os altos interesses da cidade e do concelho de Aveiro.

PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Aveiro, delibera solicitar, ao Snr. Presidente, que fazendo-se acompanhar por quem entender, faça entregar pessoal, da Moção acabada de aprovar, directamente ao Ministro das Obras Públicas, promovendo as diligências prévias que stornem necessárias à concessão da pressuposta audiência.

Seguiu-se troca de impressões em torno da discussão da proposta de Moção apresentada, posto o que o Presidente submeteu-a à votação, tendo merecido aprovação por unanimidade.

Trin
Antes
mas

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Armando Vieira nos seguintes termos: - " quero dizer o seguinte: tenho tido oportunidade de conversar com o Dr. José Luís Christo, sobre esta questão, estou minimamente informado e como leigo na matéria que sou, votei favoravelmente, porque pessoalmente concordo com a alternativa Norte, que me parece bastante aceitável. É lamentável o comportamento da J.A.E, no diálogo com os representantes das populações interessadas, como se verifica com a via de acesso Sul à Auto Estrada, lamentamos também um certo desinteresse da Câmara, na ultrapassagem dos problemas que se colocam às populações do concelho e nomeadamente às da Freguesia de Oliveirinha, quando se trata de discutir pormenores técnicos das vias, das novas vias projectadas para a nossa região".

Seguidamente o Presidente submeteu também à votação da Assembleia a proposta de deliberação atrás transcrita, tendo esta merecido aprovação por unanimidade.

Terminado o período de antes da ordem do dia passou-se à ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO Nº 2 - DERRAMAS

Deliberação da reunião da Câmara Municipal de 11.07.88: -"DERRAMAS - Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o nº 1 do Artº 5º da Lei nº 1/87 de 6 de Janeiro, propôr o lançamento de derramas da percentagem de dez por cento, a incidir sobre as colectas da contribuição predial rústica e contribuição industrial em todo o concelho, com vista à realização das seguintes obras a efectuar na área desta Autarquia: Avenida Central, Museu Municipal, Acesso Central e reposições de pavimentos.

A presente deliberação carece da aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais".

Postqco assunto à discussão, usou da palavra o Presidente da Câmara, que introduziu o referido ponto e explicou das razões porque se propõe o lançamento da derrama, nomeadamente tendo em vista a realização de obras a efectuar na área desta Autarquia, tais como: Av. Central; Museu Municipal; Acesso Central e Reposição de Pavimentos. Informou também supor que será o último ano, em que o Município lançará derramas, dado que o Imposto único, cujo lançamento se prevê para 1989, englobará o Imposto Municipal e por tal facto extinguir-se-ão os impostos directos, cobrados localmente.

Usando da palavra o Vogal Carlos Jerónimo, manifestou o receio de que esta situação vá resultar numa duplicação de impostos, pois se a situação não for acautelada e se o imposto único vier a ser lançado no próximo ano como tudo indica, poderá eventualmente resultar na duplicação referida.

Retomando a palavra o Presidente da Câmara, informou que a situação descrita pelo Vogal Carlos Jerónimo, não se dará; a actuação da Câmara, face à derrama, trata-se de uma medida cautelar, pois não se sabe neste momento quando é que vai entrar em vigor o Imposto Único e consequentemente a lei tem mecanismos legais para contemplar estas situações.

Usou da palavra o Vogal Elias Vieira, referindo que, quando este problema da derrama vem à Assembleia é sempre discutido apressada e superficialmente e referiu que estar a discutir este problema a uma hora tardia, quando faltam ainda vários dias para o fim do mês, entende não ser absolutamente necessário. Manifestou também dúvidas quanto à duplicação de impostos, mas atendendo à explicação dada pelo Presidente, ficou tranquilo neste aspecto. Prosseguindo disse não entender muito bem porque é que a derrama incide somente sobre a contribuição predial rústica e não sobre a rústica e urbana, como entende ser lógico. E a questão que à priori se coloca é esta - será que a receita é grande demais e por isso, incide somente sobre a rústica? A dúvida é esta! será que há lapso na deliberação de Câmara? Era sobre este aspecto que manifestou o desejo de ser esclarecido.

Novamente no uso da palavra o Presidente da Câmara, esclareceu que se trata efectivamente de um lapso, dado que a lei define uma incidência sobre a contribuição Predial rústica e Urbana. Quer isto dizer o Município não pode lançar derrama somente sobre a rústica e prescindir da urbana e

Handwritten signatures and initials: "Huiy", "Suarez", and "Muzi".

vice versa, pois o montante apurado não seria significativo se incidisse somente sobre uma daquelas contribuições, dado que ficaria muito aquém das necessidades de Tesouraria para fazer face às despesas com os citados empreendimentos.

Usou também da palavra o Vogal Rocha Andrade e no âmbito das derramas e mais uma vez na tónica das intervenções que vem fazendo há anos não obstante ter votado favoravelmente, disse pensar ser uma característica tipicamente portuguesa o facto de não se tratarem as coisas frontalmente, e isto não pode ser imputado à Câmara, mas sim à própria legislação; e o facto de ter votado sempre favoravelmente resulta da prática seguida por todos os Municípios, quanto às derramas. Prossequindo referiu o carácter excepcional da derrama, que como a lei impõe só pode ser aprovada para ocorrer ao financiamento de investimentos urgentes ou no quadro de contratos de reequilíbrio financeiro. E então pergunta-se porque é que não se tem a coragem política, para se fixar a taxa da Contribuição Predial e Rústica de maneira a absorver à partida a fatia a atribuir aos Municípios; e então não se cairia no absurdo de se dizer que a derrama é excepcional! pois todos os Municípios a fazem ano após ano - e então deixa de ser excepcional para ser normal. Daí deriva com efeito, a afirmação de princípio contra as derramas do referido Vogal. Seguidamente fez votos para que no ano de 89, não haja derramas, pois com a aplicação do Imposto Único, não haverá razão para a sua existência.

Dada por concluída a discussão o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o PONTO Nº 2 - DERRAMAS, tendo o mesmo merecido aprovação por unanimidade.

Seguiram-se declarações de voto do Vogal Carlos Jerónimo nos seguintes termos: - "a minha declaração de voto é para dizer que votei favoravelmente na prespectiva clara de que a entrada em vigor do Imposto Único em 1989, a concretizar-se invalidará imediatamente o lançamento das derramas, não ocasionando assim duplicação de imposto".

Do Vogal José Luís Christo, nos seguintes termos: - "eu lastimo ter necessidade de votar uma vez mais favoravelmente o lançamento da derrama e lastimá-lo por este motivo essencial - é que infelizmente não foi ainda estabelecido em Portugal um sistema fiscal, que consentisse que as próprias Autarquias, pudessem ter os seus próprios rendimentos fiscais, normais, sem ser por derramas ou um sistema fiscal que levasse a que o Estado,

22.

dividisse como deveria ser, com as Autarquias aquilo que cobra a título de impostos ou por outras palavras, lastimo que não haja ainda verdadeiramente Poder Local, que não haja ainda verdadeira autonomia Autárquica".

Do Vogal Armando Vieira nos seguintes termos:-
" eu votei favoravelmente esta proposta na esperança de que a Câmara, considere obras prioritárias a cobertura na recolha de lixo no concelho; essa é que é uma obra urgente - é lamentável que o concelho de Aveiro não tenha uma cobertura total na recolha do lixo, considero a obra urgente a cobertura na distribuição de água ao concelho, com os problemas gravíssimos que há; e considero ainda também de alguma forma, um aumento das verbas a distribuir pelas Juntas de Freguesia todos os anos".

A encerramento reunião o Presidente da Mesa, fez um apelo à Imprensa no sentido de dar o seu apoio também no que se refere aos Acessos ao Porto de Aveiro. Por outro lado referiu também o facto de ter lido já àcerca deste problema, tanta coisa mal escrita e mal observada, que em nada contribui para a resolução do problema; seguidamente informou da disponibilidade da Câmara, bem como dos Serviços Técnicos, para esclarecimento de eventuais dúvidas àcerca do assunto.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01 Horas do dia 21.09.88.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.